

O GRANDE COMUNICADOR

Por Tébis Oliveira | Ilustração Heder



“Quem não se comunica, se trumbica”, já dizia, desde os anos 50, José Abelardo Barbosa de Medeiros, o famoso Chacrinha⁽¹⁾, em seus programas de auditório na TV. Para o engenheiro de Minas e Metalurgia, José Mendo Mizaél de Souza, Chacrinha é “o maior filósofo do Brasil”. Pode até ser, mas seu grande talento era o de comunicador. Uma arte que, sem dúvida, Mendo, que também tem seu lado filósofo, exercita muito bem e há muito tempo.

Há pelo menos 50 anos, ele vem falando da mineração brasileira, a ponto de chegar a ser confundido com a entidade que a representa. Em uma de suas palestras foi chamado de “Sr. Ibram” por um jornalista que trocou seu nome pelo do instituto que criou e dirigiu por 30 anos. Mas Mendo, além de falar da mineração, sempre falou às mineradoras, insistindo em lembrá-las da sabedoria contida no bordão do saudoso Chacrinha. Nem sempre com êxito, é verdade.

É quase impossível, por falta de espaço, relatar tudo o que Mendo já fez pelo setor mineral, desde que deixou os bancos da UFMG (Uni-

versidade Federal de Minas Gerais), em 1961. Remeter ao que faz hoje tampouco é fácil: além de dirigir a J. Mendo Consultoria e o CEAMIN (Centro de Estudos Avançados em Mineração), um “fórum de conhecimento mineral”, como o define, é presidente ou membro titular de conselhos diversos em praticamente todas as associações, fundações, agências e câmaras ligadas à mineração. Sem falar em seu trabalho voluntário na “Escola de Pais do Brasil” há 40 anos.

“O foco maior não deveria ser nem o marco regulatório nem uma agência setorial, mas sim a competitividade e inovação do setor mineral”

Voluntariado, aliás, mais uma vez extensivo à mineração, sempre que aceita fazer palestras, participar de fóruns ou prestar consultorias gratui-

tamente. Como os convites são frequentes, ganhou de um amigo próximo o apelido de “0800 da mineração”. Justifica-se dizendo que “a mineração tem que ter algo de missionário”. E é essa missão, da qual tão bem se desincumbe, que o torna uma referência obrigatória do setor. Nesta entrevista exclusiva a **In The Mine**, ao falar de tudo e mais um pouco, Mendo faz o que sabe de melhor: difunde, explica, defende e, mais que tudo, comunica a mineração brasileira. ■

ITM: Como o senhor vê o projeto do novo Código de Mineração?

Mendo: Temos uma política mineral desde o Código de Mineração de 1967, que passou sem alterações pela Constituição Federal de 1988 e foi revisado em 1996 pela Lei 9.314. É um dos melhores códigos de mineração do mundo em termos de conceito, embora um tanto burocrático, e é amplamente reconhecido não só pelo setor de mineração. Há o risco de que sua mudança, dependendo de como for feita, resulte não em modernização, mas em retrocesso. Sempre defendi que a revisão não começasse pela lei e sim pelo decreto 62.934/68, que criou o regulamento da mineração.

ITM: As mudanças em curso são um retrocesso?

Mendo: É difícil opinar porque não se dispõe ainda do projeto final articulado, com a exposição de seus motivos e objetivos. Fui convidado, na qualidade de consultor, a avaliar o texto preliminar no início de 2009, no que respeita a sua percepção pelos investidores. Mas é só. A mineração não sabe do que o governo está falando. Volto a dizer: o foco maior não é nem o marco regulatório nem uma agência setorial, mas sim competitividade e inovação. Nossa mineração está “chupando manga” nesses quesitos? Se não está, ótimo. Senão, vamos estruturá-la para que evolua.

ITM: Esse não seria o papel do DNPM como Agência Nacional de Mineração?

Mendo: Quando o DNPM reivindicou e conseguiu ser o fiscal da CFEM, eu fui contra, por-

(1) Chacrinha: um dos grandes nomes da televisão brasileira, foi apresentador de programas de auditório entre as décadas de 50 e 80.

“É inviável ser fomentador e fiscal ao mesmo tempo.

Infelizmente, hoje, quando o DNPM bate à porta, não sabemos exatamente em qual desses papéis ele está”

que sempre defendi suas funções de fomento, dentro do modelo que inspirou sua criação – o do Geological Survey e Bureau of Mines (EUA) – voltado a questões de tecnologia, saúde e segurança ocupacional. Ou seja, como poder concedente sim, mas muito mais no que respeita ao fomento e qualificação da mineração para torná-la competitiva. É inviável ser fomentador e fiscal ao mesmo tempo. Infelizmente, hoje, quando o DNPM bate à porta, não sabemos exatamente em qual desses papéis ele está.

ITM: Tudo depende de como será a nova agência...

Mendo: É a minha primeira pergunta: que tipo de agência é essa? É a agência original, pensada quando o governo Fernando Henrique Cardoso trouxe o modelo americano de autonomia financeira e técnica, de um órgão de estado e não de governo? Ou será a agência que o governo Lula focalizou, verbalizou e realizou, mais operacional, mas tendo sempre presente a liderança política do ministério correspondente?

ITM: Falando de outra questão polêmica: o senhor acha que algum dia será possível “minerar” em terras indígenas e faixas de fronteira?

Mendo: Participei da discussão desses temas no governo federal e em várias entidades. Acredito que não fazemos mineração nessas áreas porque o Brasil não sofreu ainda a escassez de minério. Em segundo lugar, só agora, com a ascendência da China, é que entramos no limiar de uma civilização mineral e percebemos que é preciso cuidar da nossa base mineral. Devemos entender que mineração é economia derivada. Recentemente, o governo federal lançou o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Ninguém se perguntou onde está a oferta dos bens minerais para realizá-lo.

“O governo federal lançou o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Ninguém se perguntou onde está a oferta dos bens minerais para realizá-lo”

ITM: No caso da mineração em TI, as mineradoras desaprovam o projeto em tramitação.

Mendo: A questão de Terras Indígenas, da maneira como está na Constituição Federal, é muito complexa. Como dizia meu grande amigo Mário da Silva Pinto, ex-diretor geral do DNPM, já falecido, “os híbridos não são férteis”. É uma verdade. Nesse caso, foi construído um hibridismo, qual seja: uma casa legislativa tornar-se executiva. Diz o parágrafo 3º do artigo 231 que só o Congresso Nacional pode autorizar a pesquisa de riquezas minerais em terras indígenas. Só que não é o Congresso e sim o Executivo a instituição de autorização. Concordo com o Elmer Salomão, que também foi diretor do DNPM: as empresas devem procurar áreas menos complexas para minerar.

ITM: E quanto às Faixas de Fronteira?

Mendo: Também não vejo grande problema com elas hoje, inclusive da parte dos militares. Mas nossa velocidade em avançar nessa discussão dependerá da nossa percepção de que uma oferta está inadequada e precisa ser aumentada. Na hora em que isso ocorrer, os mecanismos democráticos agirão.

ITM: Há outras pendências históricas como a RENCA (Reserva Nacional do Cobre), o banco de dados aerogeofísicos, os minerais nucleares e o direito minerário como garantia para financiamentos. Em sua opinião, porque elas continuam insolúveis?

Mendo: A RENCA é uma unanimidade, mas não acontece. Por quê? Porque o Ministério das Minas e Energia é 101% energia e menos 1% minas. No que tem toda razão. Um apagão derruba um governo, enquanto a mineração não derruba ninguém. É preciso perceber qual é o nosso peso político específico. A prioridade absoluta da mineração tem que ser o município, em segundo lugar o estado e em terceiro a União. Nos municípios somos fundamentais. Quantos deles vivem da mineração e tem um IDH melhor que o de outros graças a ela?

ITM: Mas aceitar o direito minerário como garantia não é uma questão política...

Mendo: Fui diretor do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no governo Aureliano Chaves (1974-1978) e estudei profundamente esse assunto. Nada impede em aceitar a jazida como garantia no banco dentro de um modelo de Project Finance. Já, no caso da pesquisa mineral, o financiador não encontra essa segurança no arcabouço jurídico constitucional e infraconstitucional.

ITM: Por quê?

Mendo: Porque o caput do artigo 176 da Constituição Federal diz que “pertence ao produtor o produto da lavra” e se não há produto da lavra não há nada. Para servir de garantia, o bem deve atender a duas condições: poder ser transformado em um valor monetário e ter liquidez. Como o banco não é uma imobiliária ou uma mineradora, ele não vai financiar um produto que pode nem existir. O melhor caminho, para mim, é trazer o mecanismo de *Flutual Shares* para o Brasil. Ou como estamos tentando, criar uma ponte direta com o Canadá que já tem um modelo bem sucedido.

ITM: A saída então é o mercado de capital aberto?

Mendo: Sim, porque a fase de descoberta mineral é de risco e deve ser financiada por capital de risco. Defendo um modelo brasileiro semelhante ao canadense, inclusive com todos os seus critérios. O Eike Batista aplicou esse modelo. No *statement* da MMX, por exemplo, ele dizia claramente que não tinha nada. Ele vendeu seu projeto de mineração como quem vende um sonho e nós vivemos de sonho. Tudo com muita transparência. Eu tenho discutido isso com o DNPM e o MME.

ITM: Em que sentido?

Mendo: No sentido de que precisamos de uma regulamentação adequada que trate a descoberta de uma jazida como PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), com a União fornecendo estímulos fiscais e financeiros para que se revelem, como diz a Cons-

tituição, “as riquezas minerais”. Veja o caso da bolsa de valores brasileira. Quais são seus carros-chefes? A Vale e a Petrobras, seguidas da siderurgia que, aliás, vive da mineração. *Lato sensu*, é a mineração que sustenta a BM&F Bovespa. Então, porque não estimular a descoberta de novos ativos minerais?

ITM: O Brasil também tarda a iniciar a exploração marinha de recursos minerais. Como o senhor vê essa nova oportunidade?

Mendo: Particpei do grupo de estudos de recursos marinhos e acho que não é um problema de tecnologia, mas uma questão de economia mineral, por termos alternativas muito mais viáveis e baratas em terra. Sem dúvida, é mais lógico esgotar primeiro o conhecimento da geologia. Daí porque sempre defendi a CPRM como Serviço Geológico do Brasil e sempre briguei para que ela tivesse recursos para revelar a geologia do País, o que avançou bastante nos últimos anos. O problema é que o Brasil não se dedica à pesquisa e ao planejamento. Se tivéssemos neve, guardaríamos um pouco de carvão para o inverno.

ITM: Falando nisso, o senhor acredita que o carvão mineral como fonte energética tem futuro no Brasil?

Mendo: Essa questão deve ser avaliada permanentemente. É a maior matriz energética do mundo, mas não no Brasil por termos alternativas melhores. No entanto, por ser cada vez mais difícil construir grandes hidrelétricas e recorrer a usinas eólicas, solares e pequenas hidrelétricas, temos de reposicionar a condição do carvão mineral enquanto produtor de energia. A revista *Veja*, em sua última edição, compara o preço médio da produção de energia em uma hidrelétrica (R\$ 78/MWh), com gás natural, carvão e óleo (R\$ 140/MWh) e com bagaço de cana (R\$ 141/MWh). Ou seja: o carvão é a segunda alternativa do ponto de vista de custo.

Foto: Wenderson Cardoso



“No caso da mineração em TI foi construído um hibridismo: tornar executiva uma casa que é legislativa”

PERFIL

Nasceu em: Belo Horizonte (MG), em 19.02.1939

Mora em: Belo Horizonte desde 2009, após 25 anos de Brasília (DF)

Formação Acadêmica: Primeira turma de Engenharia de Minas e Metalurgia da UFMG, em 1961

Trajatória Profissional: Comecei na SAMITRI (S/A Mineração da Trindade) em 1962, fui da ICAL - Indústria de Calcinção S/A (1968-75) e do BDMG (75-77), quando voltei a SAMITRI, como superintendente de Desenvolvimento no Projeto Samarco. No mesmo ano passei a coordenar o IBRAM, onde fiquei por 30 anos. Desde 2006, presido a J.Mendo Consultoria Empresarial e o CEAMIN

Família: Ana Regina, com quem casei há 49 anos, 4 filhos e 6 netos

Línguas que fala: Não sei se entenderam, mas já fiz palestras em português, inglês e espanhol e até falei francês no passado

Países que conhece: Dos que me lembro: Austrália, Angola, África do Sul, Suécia, Finlândia, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Suíça, Romênia, Espanha, França, Itália, Canadá e EUA. Na América Latina, Venezuela, Colômbia, Peru, Argentina, Chile e Uruguai

Um livro, um filme e uma música: O livro de Eric Berne, fundador da Análise Transacional: "O que você diz depois de dizer olá?". O filme é "Shane" (pessimamente traduzido como "Os brutos também amam"). A música é "Paz do meu amor", de Luís Vieira

Hobby: Leitura com música

Pessoa que admira: Ana Regina

Maior realização: Nossa família – a que Deus nos deu e a que pudemos construir

Maior decepção: A Copa de 1950

Um projeto: Voluntariado para levar experiência às novas gerações

Um "conselho" aos jovens: Priorizem as pessoas que vocês amam e se preparem adequadamente para o futuro e a velhice

ITM: Qual é o problema então?

Mendo: É a tecnologia para a questão do CO₂ e, pelo que li e ouvi, tem havido uma grande evolução no desenvolvimento de tecnologias limpas para o uso de carvão. O binômio é viabilidade técnico-econômica e ambiental. Será que grandes países que tem no carvão sua matriz energética estão completamente errados?

ITM: Além de tecnologias limpas, quais são, para o senhor, os principais desafios ambientais da mineração brasileira?

Mendo: O maior desafio da mineração como um todo é o da integração, da mediação, da licença social para minerar. Participei de diversos órgãos ambientais e audiências públicas e vi que quando se explicita um projeto e se reduz seu grau de incerteza, a população o apóia. Hoje, inclusive, há empresas especializadas em mapear as lideranças reais e conhecer a comunidade. Temos de considerar os stakeholders e acreditar na maturidade das pessoas em decidir se querem ou não a mineração. Precisamos caminhar para abrigar, de fato, o mote ambientalista "pensar global e agir local".

"Um apagão derruba um governo, enquanto a mineração não derruba ninguém"

ITM: Como está o projeto do CEAMIN (Centro de Estudos Avançados de Mineração), idealizado pelo senhor?

Mendo: O projeto do CEAMIN foi baseado no modelo do IEA (Instituto de Estudos Avançados) da USP (Universidade de São Paulo). É um *locus* onde não se discute política mineral e sim conhecimento mineral. Recentemente discutimos os fundamentos jurídicos e a aplicação da CFEM reunindo representantes do governo federal, municípios, empresas e um especialista no assunto. Também promovemos um evento sobre cavernas com apresentações de Eleonora Trajano, especialista da USP, de um antropólogo, um paleontólogo e um sociólogo. O próximo passo é publicar esses encontros em livros.

ITM: E quanto a APROMIN (Associação Brasileira para o Progresso da Mineração)?

Mendo: A APROMIN nasceu na época da Constituinte como Associação Brasileira dos Profissionais da Mineração, em um momento em que a esquerda geológica era muito forte na defesa de um setor mineral estatizado e no repúdio ao capital externo. A APROMIN reuniu, então, profissionais da mineração voltados à economia de mercado e à maior participação do capital privado no setor. Como essas causas perderam sua razão de ser, a entidade foi perdendo o protagonismo marcante que tinha.

ITM: Então foi reformulada...

Mendo: Sim. Em 2008, fiz uma proposta, aprovada com unanimidade: aumentar a representatividade da associação estimulando a adesão de empresas e da sociedade em geral, de forma que ela tenha um público quantitativo para difundir a mineração brasileira. Para motivar essa adesão, temos uma anuidade irrisória de R\$ 11 por associado. Outra idéia, ainda, é que as empresas associem seus funcionários por um ano, a partir do qual eles renovam ou não sua adesão.

ITM: Finalizando, o que o senhor acredita que o novo - ou nova - Presidente da República poderá fazer pela mineração brasileira?

“O Brasil não se dedica à pesquisa e ao planejamento. Se tivéssemos neve, guardaríamos um pouco de carvão para o inverno”

Mendo: Lembrando John Kennedy quando disse: “Pergunte-se o que você pode fazer pela América (...)”, estamos motivando as entidades do setor a reunir contribuições e sugestões ao programa de governo dos candidatos. Também tenho alertado as empresas para que apoiem candidatos sérios ao Congresso Nacional e aos estados e se preocupem com os cargos operacionais. Quem será o Ministro das Minas e Energia, o presidente da CPRM, o diretor do DNPM? Temos que atuar junto às diversas esferas para que o modelo de mineração que desejamos para o Brasil prevaleça. Não é fácil porque democracia dá muito trabalho: são 90% de transpiração e 10% de inspiração. Mas sou um otimista. Ou não torceria pelo América. ■

SUSTENTABILIDADE

Na GEOSOL este conceito se traduz em gestos simples do dia-a-dia e nas definições estratégicas mais relevantes. Está no respeito ao meio ambiente e na utilização racional de recursos e materiais. Na segurança de todas as atividades e em nosso compromisso com eficácia na prospecção mineral.



GEOSOL